

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 001/2020**

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e cumprindo o disposto no Edital de abertura nº 001/2020, da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, publicado no DOE de 28/10/2020, para contratação temporária na função de Analista de Procuradoria - área de atuação de Apoio Jurídico, através do Regime Especial de Direito Administrativo,

RESOLVE

1 - Convocar os(as) candidatos(as) relacionados(as) nos Anexos I, II e III, classificados nos termos do item 12 do edital nº 001/2020, por ordem decrescente da classificação final, a comparecerem na Sede da Procuradoria Geral do Estado, localizada na 3ª Avenida, nº 370, Centro Administrativo da Bahia, Salvador-BA, no setor do Protocolo em dias de expediente, no horário das **9:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00, horário local, no período de 08/02/2021 a 17/02/2021**, para entrega de documentação admissional.

2 - Os candidatos deverão comparecer, munidos da seguinte documentação original e em fotocópia:

- a) Original e cópia do diploma, devidamente registrado de conclusão do curso de nível superior para a função que concorreu, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, conforme item 3.2 do Capítulo 3 deste Edital;
- b) Original e cópia da carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;
- c) Original e cópia do título de eleitor e dos comprovantes dos dois últimos pleitos ou certidão de quitação eleitoral fornecida pelo respectivo cartório eleitoral;
- d) Original e cópia do ato de exoneração ou do requerimento no ato da posse para o candidato que ocupe cargo, emprego ou função pública inacumulável na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- e) Declaração de bens;
- f) Original e cópia do PIS/PASEP;
- g) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional;
- h) Declaração de não-acumulação de cargos, empregos e funções, ainda que não remunerados;
- i) Original e cópia do certificado de reservista para os homens;
- j) 03 (três) fotos 3x4(recentes e idênticas);
- k) Original e cópia do comprovante de residência dos últimos 08 (oito) anos;
- l) Certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Federal;
- m) Certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Estadual;
- n) Folha de antecedentes da Polícia Federal de onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;
- o) Folha de antecedentes da Polícia do(s) Estado(s) onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;
- p) Certidão negativa da Justiça Militar Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;
- q) Certidão negativa da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;
- r) Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

- s) Certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
- t) Declaração de que:
- I - não tenha contra si decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde pública; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou a inabilitação para o exercício da função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga a de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- II - não tenha perdido cargo eletivo de governador e de vice-governador do Estado e de prefeito e de vice-prefeito, por infringência a dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, nos últimos 08 (oito) anos;
- III - não tenha contra si representação julgada procedente pela justiça eleitoral em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político nos últimos 08 (oito) anos;
- IV - não tenha contra si decretação da suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado, por ato doloso e de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;
- V - não tenha sido excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 08 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;
- VI - não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;
- VII - no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos;
- VIII - não tenha sido responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas de Estado, do Distrito Federal ou de Município, ou ainda, por conselho de contas de Município;
- IX - não tenha sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo;
- u) Procuração para os candidatos que optem por se fazerem representados por terceiro, com firma devidamente reconhecida em cartório;
- v) Comprovação de ter exercido efetivamente a função de jurado, conforme item 5.21 do Capítulo 5, deste Edital;
- w) Número de conta corrente do Banco do Brasil;
- x) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS para comprovação da experiência profissional conforme informado na Ficha de Inscrição Obrigatória;
- y) Original e cópia da Certidão de Nascimento ou RG de filho (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos, se for o caso.

O candidato que não atender a presente convocação, na forma e prazo determinados, perderá o direito à contratação.

Salvador, 06 de Fevereiro de 2021.

PAULO MORENO CARVALHO
Procurador Geral do Estado

ANEXO I
AMPLA CONCORRÊNCIA

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
705002	WASHINGTON PINTO ALMEIDA	10	1
706578	GLACIENE DE SOUZA FERREIA	10	2
704371	SERGIO ROSSI JUNIOR	10	3
704158	BÁRBARA ELI PAIVA LAGO	10	4
704088	LUIZA MARIA CORREIA DA SILVA TÁPIA	10	5
707931	TÂNIA MARA ASSIS SABINO	10	6
704555	SERGIO DE OLIVEIRA AMADO MACHADO	10	7
704661	IRACEMA JESUS DOS SANTOS (N)	10	8
705785	DINORÁ MÉRCIA LISBOA PIRES ALMEIDA	10	9
704366	RUIMAR RIBEIRO DA SILVA (N)	10	10
704965	BELANIZE NOVAES BORGES	10	11
704669	LUCIANA ARAUJO DE JESUS TITTONI	10	12
704877	SIMONE AZEVEDO ROCHA	10	13
704209	CRISTIANE PUCHEVAILLO RAMOS DA SILVA	10	14
707255	LUCIANO SOARES FREITAS	10	15
705873	ANDRÉA PAULA DOS REIS SANTOS OLIVEIRA	10	16
703921	GILSON ARAUJO DA CRUZ	10	17
703766	MARCELO SANTANA PITA	10	18
703858	ANDREZA DE ASSIS SILVA (N)	10	19
706863	LILIAN MACEDO GUIMARÃES	10	20

ANEXO II
CANDIDATOS NEGROS

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
704455	FABIANA SOUZA DA SILVA	10	4
707799	CINTIA PURIFICAÇÃO FERREIRA	10	5
704665	ANA CARLA FERREIRA SANTOS	10	6
703916	BRUNO LEONARDO DE ASSIS SILVA	10	7
703941	JUCIANE DOS REIS SILVA	10	8
705918	ELAI QUELE PEREIRA SOUZA	10	9
706416	ALYNE ARRUDA ALMEIDA DOS SANTOS	10	10
706423	ALENY ARRUDA DOS SANTOS OLIVEIRA	10	11
704406	JOÃO EVALDO DOS SANTOS LOURIDO JÚNIOR	10	12
703741	MAICON DE JESUS FAGUNDES	10	13

ANEXO III
CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
705555	TICIANA DANTAS VILLALVA	10	1
704534	ISABEL CRISTINA SOUSA BATISTA	9	2

PAULO MORENO CARVALHO
Procurador Geral do Estado